



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CULTURAS, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO CULTURAL**

ANDERSON CONCEIÇÃO FERREIRA

**INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS:
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E AS POLÍTICAS
CULTURAIS NA CIDADE DE CACHOEIRA- BA.**

Santo Amaro – BA

2019

ANDERSON CONCEIÇÃO FERREIRA

**INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS:
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E AS POLÍTICAS
CULTURAIS NA CIDADE DE CACHOEIRA- BA.**

Trabalho final apresentado como requisito para obtenção do grau de Especialista em Políticas e Gestão Cultural, Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

José Marcelo Dantas dos Reis – orientador

Doutorado em Sociologia - Université de Paris VII - Université Denis Diderot

Paula Félix dos Reis _____
Doutora e Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia

Gilson Sacramento _____
Graduada Museologia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo: O presente artigo trata de uma breve exposição histórica do município de Cachoeira-BA, narrando fatos que contribuíram para a contextualização do campo patrimonial desta importante cidade situada no recôncavo baiano, dialogando com o Programa Monumenta, como fator de contribuição das reformas e requalificações dos edifícios. A proposta trata também de descrever o campo museológico, fundamentando aspectos da conjuntura sociocultural, bem como, a estruturação do Conselho Municipal de Instituição Museológica e do Patrimônio Cultural (CMIMPC). Ao passo que discutir o campo museológico, no que tange a Política Setorial de Museus da Bahia, relacionando com as dinâmicas das políticas públicas do Brasil.

Palavras-chaves: Cultura, Patrimônio, Instituições Museológicas e Governo Municipal.

1. Apresentação

Considerando a Cidade de Cachoeira-Ba como berço das manifestações culturais do recôncavo baiano e detentora de um conjunto arquitetônico, tombado pelo IPHAN desde o século XX, e possuindo uma série de instituições que passaram a ser símbolo de memória e resistência dentro da conjuntura sociocultural, como é o caso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, Casa de Câmara e Cadeia, Conjunto do Carmo, Fundação Hansen Bahia, entre outras, que ao longo dos anos promovem a cultura no município. Neste contexto, a problemática envolve uma análise histórica do município dialogando com os aspectos sociais que influenciaram a setor cultural.

O trabalho avança discutindo o cenário do programa Monumenta e sua importância para requalificação das edificações históricas, contribuindo no legado de preservação do patrimônio material. Um assunto de extrema relevância tratado nesta pesquisa consiste numa discussão sobre a sistemática da política setorial de museus e sua aplicabilidade nas instituições museológicas do município, pois, ao longo das observações produzidas, o que se percebe é um efetivo diálogo entre os museus que compreendem a DIMUS (Diretoria de Museus da Bahia), e um distanciamento com as instituições privadas que fazem parte do recôncavo, mais especificamente no território cachoeirano. Estruturalmente uma política deve abarcar tanto o público quanto o

¹ Cursista da Especialização em Políticas e Gestão Cultural pelo Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas- CECULT, Campus Santo Amaro- UFRB.

privado e se ela é estatal deveria ser ampla de modo que todo o território baiano fosse contemplado. Assim partimos da premissa em produzir um estudo de caso levando em consideração às variáveis, que contribuíram para esta conjuntura atual, e estruturar os possíveis caminhos para uma implementação, a fim de sanar lacunas identificadas neste instrumento.

Dado o aspecto social, as políticas públicas deveriam ser fundamentadas a partir de problemas públicos. Isto implica em questionar em que contexto se formou essa política setorial de museus? Ou ao menos avaliar os efeitos desta política em torno das instituições pontuando sua efetiva viabilidade. Partindo de uma análise usando como exemplo um projeto PIBIC 2013/2014, no qual fui pesquisador subordinado ao tema “Levantamento e Caracterização de Instituições Museológicas do Recôncavo da Bahia”, foi possível acompanhar e coletar dados preliminares sobre 22 instituições em sete municípios, aplicando o questionário da PNM (Política Nacional de Museus). E assim traçar um perfil dos diversos desafios inerentes às atividades museológicas. Isto foi fundamental para aquisição de dados preliminares que estruturássemos as atividades culturais no recôncavo, do ponto de vista museológico, e entender os entraves sociais e econômicos que são diferentes quando comparados com a capital.

1. Contexto Histórico e Cultural da Cidade de Cachoeira

Cachoeira é reconhecida como uma cidade repleta de história e manifestações culturais, localizada no Recôncavo Baiano, com distância de 110 km da capital e é banhada pelo rio Paraguaçu. Apesar de seu importante papel, diante do patrimônio edificado, os anos de formação social da população foram repletos de lutas desde o início do século XVI, quando os conflitos com a população indígena eram travados disputando o interesse de ocupação da terra. [...] “Até meados do século XVII não houve paz na região. Em 1651, uma carta régia nomeou Gaspar Rodrigues Adorno como capitão para combater os índios que atacavam os moradores, através das margens do Paraguaçu [...] destruindo casas e lavouras” (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 11).

Após controlar os conflitos com os índios, o capitão recebe um valor significativo de terras como recompensa. Mais tarde Cachoeira se revelaria um importante centro de produção comercial e ligação estratégica com a capital. Este processo é registrado por Maria Helena no livro “O Conjunto do Carmo de Cachoeira”:

A ocupação das terras junto ao Paraguaçu, da foz até o trecho encachoeirado rio acima, não se fez de forma tranqüila. Foi sangrenta e, por isso mesmo, demorada. No governo de Duarte da Costa, a partir de 1553, os moradores tiveram uma certa tranqüilidade, graças às campanhas vitoriosas contra os índios, empreendidas por seu filho D. Álvaro. Como recompensa pelos serviços prestados, o rei D. João III concedeu-lhe, por carta de sesmaria, em janeiro de 1557, as terras entre o rio Paraguaçu e o Jaguaripe. Eram terras que, por sua extensão, constituíam uma verdadeira capitania, condição à que foram elevadas em março de 1566, com o nome de Capitania do Paraguaçu. Os sucessores de D. Álvaro arrendaram as terras a outros colonos. A situação de insegurança perdurou até a chegada do terceiro governador, Mem de Sá. Em 1558, atendendo ao pedido de socorro de colonos da região, ele organizou duas campanhas. Na segunda, em setembro do ano seguinte, chamada Guerra do Paraguaçu, sob o comando do próprio governador, consta que foram incendiadas 70 aldeias indígenas. (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 11)

O processo de urbanização da cidade de Cachoeira nos remete ao século XVII na ocasião “o capitão João Rodrigues Adorno, filho de Gaspar, instalou-se no sítio de Cachoeira no correr de 1654, [...] graças ao bom relacionamento que mantinha com os índios. Reconstruiu, em 1673 [...] que datava do fim do século XVI, a capela de Nossa Senhora do Rosário” (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 14). Consta que houve um processo de doação desta capela para erguer a paróquia de Cachoeira em reverência a Nossa Senhora da Ajuda.

Assim começa a surgir suas primeiras edificações, e naquele momento a base econômica se estruturava na produção da cana-de-açúcar, produto agrícola peculiar do período, que se manteve como um importante motor da economia baiana. Por isso existe uma presença marcante dos engenhos na região hoje, como sítios arqueológicos, exercendo um importante papel no sentido de legitimação histórica do processo escravocrata neste território. A presença da cultura africana, na comunidade, foi se intensificando misturado com o sincretismo religioso reverberando na forma de cultuar as suas divindades. Desta forma a cidade foi se expandindo, como acontece na maioria das regiões portuárias, em direção ao rio Paraguaçu.

O primeiro assentamento surgiu no século XVII, sobre uma pequena colina, em torno da casa e da capela de um engenho, logo se expandindo pelas margens do rio, onde já estavam a casa de purgar e o alambique. A fundação do Convento Carmelita, no início do século XVIII, consolida a ocupação em direção a Sergipe. Em 1693, o povoado é elevado a vila, denominada Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. O açúcar foi um dos alicerces de sua economia, até o século XIX, sendo deste período às construções mais relevantes do seu acervo arquitetônico. O período áureo do desenvolvimento urbano coincide com o apogeu econômico, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, quando se estruturam os serviços urbanos. (PROGRAMA MONUMENTA, 2005, Pág.226)

Com a circulação de rotas comerciais foi inevitável o processo de urbanização, que aconteceu de forma peculiar, favorecido pelas influências dos movimentos artísticos daquele momento e presente nos elementos de suas edificações. “Estrategicamente localizada, Cachoeira enriqueceu e tornou-se importante centro de comércio, com suntuosos sobrados, a rica Ordem do Carmo, enriquecendo junto com os senhores de engenho do Recôncavo”. (PROGRAMA MONUMENTA, 2005, Pág. 226).

Cachoeira é uma das cidades de tipologia simples, desenvolvida segundo uma matriz linear paralela ao rio, com trama de ruas irregulares, que se acomodam à topografia local, situando-se nos pontos mais elevados, largos e praças, os edifícios religiosos e civis de maior destaque. O Conjunto Arquitetônico, formado na sua maioria por edifícios do século XVIII e XIX, caracteriza-se pela unidade tipológica e figurativa, devida em larga escala à tendência Neoclássica que, no século XIX, construiu novos prédios e reformou os antigos. (PROGRAMA MONUMENTA, 2005, Pág. 226)

O rio Paraguaçu exerceu um importante papel para o processo econômico da cidade permitindo o escoamento de tudo que era produzido, sendo um pilar fundamental ligando o recôncavo à capital, permitindo que Cachoeira fosse uma das principais cidades ativas na manutenção da base comercial na Bahia.

Cachoeira foi, ao longo dos séculos XVIII e XIX, região produtora de açúcar no solo de massapê, com intenso uso de mão-de-obra escrava, e também produtora de tabaco, utilizado na compra de escravos na costa africana. Além disso, Cachoeira foi, historicamente, devido à sua privilegiada localização, cruzamento de rotas de escravos, negros

fugidos, quilombolas, bem como porto de integração entre o sertão baiano, o Recôncavo e Salvador. (CHUVA, 2008, Pág. 7)

O apogeu da cidade acontece no século XVII, período em que sua singularidade ganha notoriedade em termos nacionais e destacou-se no recôncavo baiano uma vila com características especiais atraindo incentivos financeiros que marcaria o processo inicial de emancipação da nova estrutura comercial. “[...] O povoado já era suficientemente importante para habilitar-se à condição de uma das vilas da Capitania da Bahia, conforme recomendação da carta régia de 1693 ao governador-geral D. Antônio Luís Coutinho da Câmara” (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 15).

Criada em 27 de setembro do mesmo ano, transcorreram quatro anos até que fosse instalada, em 24 de janeiro de 1698, pelo desembargador Estevão Ferraz de Campos e com todas as “formalidades de estilo”, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira [...] Esse termo da Vila de Cachoeira compreendia uma vasta extensão de terras férteis, próximas de rios. Era o caso, por exemplo, da freguesia de Santiago de Iguape, que Vilhena⁴ (1969, p. 484) apontava ter nada menos que 14 engenhos em que se fabricava “o melhor açúcar do Recôncavo da Bahia”. Em 1825 a mesma região foi descrita por Arnizau (1998, p. 28) como o “novo éden ou paraíso terreal” que, segundo o autor, tinha 20 engenhos, além de fazendas e alambiques. (FLEXOR, 2007, Pág. 15).

Pela sua singularidade em termos comerciais e mais tarde com a arquitetura colonial atraiu os olhares de pesquisadores, bem como, o do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) para manutenção do patrimônio. Então já nos anos 30 começa as ações com o objetivo de salvaguardar o monumento arquitetônico, seguindo a corrente das políticas de preservação que era estruturado naquele período. Os impactos dessas ações chegaram até a Bahia e apontavam a cidade de Cachoeira marcada pelo importante legado a ser preservado. Começando a partir daí o reconhecimento dos fatos ocorridos ao longo da sua história.

Com origens que remontam ao século XVI e situada na região fisiográfica do Recôncavo Baiano, a 100 km da capital Salvador, a cidade de Cachoeira vem sendo palco de medidas de implementação de instrumentos de salvaguarda do patrimônio pelo IPHAN desde os primórdios dessa Instituição. Um levantamento realizado nos

processos de tombamento permitiu identificar um número aproximado de 28 processos, que buscavam preservar entre 55 e 60 bens, já que, não raro, os processos se referiam a mais de um objeto, criando pequenos conjuntos. Estes processos datam predominantemente de fins da década de 1930 e início da seguinte, com algumas esparsas referências a 1958 e 1964, além do processo de 1971, que eleva a cidade à condição de Monumento Nacional. (LESSA; RIBEIRO; SÁ GONÇALVES, 2008, Pág. 15).

Como um dos ícones de destaque desse processo histórico e testemunho dos tempos áureos, no contexto urbano da cidade, vale referenciar a casa de Câmara e Cadeia que serviu de fortaleza para exercer o controle social por meio da autoridade competente e ocupando um lugar estratégico, no que hoje é considerada o centro histórico. “Por volta de 1700, o edifício da Câmara e Cadeia estava construído. A partir de então, novos equipamentos começaram a guarnecer a vila” (HELENA, organizadora, 2007, Pág. 15). Sobre a importância desta instância de governo, a serviço do povo cachoeirano, é possível destacar a sua contribuição no favorecimento das primeiras obras no município, como destaca FLEXOR:

A Casa da Câmara e Cadeia já estava em ruínas em 1726, com risco de desabamento; sua reconstrução começou três anos depois. Entre 1740 e 1744, a Câmara viu-se às voltas com as obras do cais, mas não se tem informações sobre a conclusão dos trabalhos. Documentos informam que a Câmara cuidou do calçamento de ruas, da conservação de caminhos e ladeiras – uma constante preocupação –, da ponte sobre os riachos Caquende e Pitanga, conhecida como Ponte Velha. Concluiu o novo pelourinho de cantaria, com coluna pedestal de pedra e, em 9 de março de 1754, manifestava-se sobre a necessidade de se construir uma ponte ligando a vila ao povoado de São Félix. (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 16)

O crescimento econômico e com a localização privilegiada atraiu o governo monárquico a ter um olhar estratégico para o território do recôncavo e garantir investimento para a contribuição do desenvolvimento urbanístico. O destaque e reconhecimento trouxe o vice-rei do Brasil a pisar nas terras de Cachoeira, sendo um fator determinante para construção de edificações que iriam marcar o avanço, no que diz respeito, os monumentos históricos que resistem ao tempo até os dias de hoje.

Em outubro de 1755, viajando de Goiás a Salvador, o sexto conde dos Arcos D. Marcos de Noronha, vice-rei do Brasil, fez sua última escala em Cachoeira. Para facilitar o embarque e desembarque dos visitantes [...] mandou-se que fossem feitos os cais em Cachoeira e São Félix – conforme os Termos de Arrematação, que informam as obras e os serviços a serem executados, [...]. Entre as mais importantes, arrematadas no período coberto pelos Termos de Arrematação, estão à Casa do Açougue; o Curral do Conselho; as de drenagem das águas, que corriam dos outeiros em canalização subterrânea; obras de acabamento da Casa da Câmara; terraplanagem do trecho fronteiro à Praça da Câmara, seguindo-se a construção da plataforma elevada da frente do edifício e respectiva escada de acesso, assim como o adro, em cima, calçado de pedra e cal. Foi também contratada a construção de um chafariz, erguido na praça do hospital para abastecimento de água para a população [...] (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 16).

Até o século XVII, por influência da produção da cana, o recôncavo manteve-se no auge econômico, chegando a atingir em números expressivos de engenhos, garantindo uma boa manutenção das suas riquezas e expandindo o cultivo para regiões que ficavam distante da costa marítima. Chegando ao final do mesmo século com certas limitações, mas, ainda era possível sustentar o status que caracterizaram esta região, como umas das mais ricas da Bahia. “Apesar dessas dificuldades, observa-se um crescimento da produção açucareira no século XVII. Em 1612, havia 50 engenhos [...], em 1619, 80; em 1676, 130. No final do século [...] exporta 582.400 arrobas/ ano contra os 120.000 arrobas/ano do final do século anterior [...]” (AZEVEDO, 2009, Pág. 33).

A boa fase dos engenhos começa a mostrar indícios de declínio, mesmo com uma grande quantidade das propriedades pertencentes às famílias da aristocracia da época, as matas já se mostravam enfraquecidas e a vegetação devastada, forçando alguns senhores a buscarem refúgios para manutenção do seu legado no sul da Bahia. Entretanto, muitos engenhos foram edificados com proporções menores, mas, resistentes para manutenção financeira dos seus senhores.

Essas áreas chegaram ao século XVII desgastadas e com a vegetação original toda destruída, a ponto dos proprietários serem obrigados a buscar lenha nas matas do sul da Bahia, entre Jaguaribe. Apesar disso, registrou-se na época, a construção de numerosos engenhos na região pioneira de cultivo da cana. A posse de mais de um engenho por único proprietário era comum por um único dono proprietário em comum e muitos senhores chegavam a possuir até quatro engenhos. Ao final do século XVIII a Bahia contava com 400 engenhos: 260 no Recôncavo e

140 em Sergipe d'El-Rey. Os engenhos de “mata adentro eram considerados os melhores, em razão das condições do solo e da disponibilidade de lenha. Nos engenhos de “borda d' água os solos estavam esgotados e o combustível era escasso. Em um período de 99 anos entre 1728 e 1827, foram edificados 462 novos engenhos, o que equivale à construção de cinco engenhos por ano. (AZEVEDO, 2009, Pág. 33-34).

Com a notoriedade e profundas evidências na sua consolidação do período de desenvolvimento do Brasil, Cachoeira ainda não tinha o honroso título de cidade. Para tanto, os seus representantes assumiram o empenhado trabalho em conseguir tirá-la da categoria de vila. Este feito só se concretiza no ano de 1837, porque precisaria levar quase 10 anos de tramitação e exigências do imperado D. Pedro I para realização deste projeto. “Em 1826, uma representação dos habitantes de Cachoeira solicitou a elevação da vila à condição de cidade. Uma das exigências para se atender ao pedido – era transformar o Hospital de São João de Deus em Santa Casa de Misericórdia [...]” (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 23).

Os cachoeiranos esperariam até 1837, quando a Lei Provincial no 47 elevaria a Vila de Cachoeira à categoria de cidade, com o título de Heróica, já na condição de município. A cidade recebeu esse título pelo fato de ter sido palco de lutas de cunho patriótico. (Sediou o governo provisório da Bahia e comandou a resistência brasileira na guerra de Independência, por exemplo. Proclamada a Independência em São Paulo, a 7 de setembro de 1822, esta só foi consolidada com a libertação da Bahia do jugo português, a 2 de julho de 1823.) (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 23).

E por coincidência, o momento de elevação à categoria de cidade vem acompanhado da libertação do poder português na Bahia, marcando uma conquista histórica para cidade de Cachoeira. O governo provisório passa a ocupar o interior da Bahia, o que favoreceu um importante papel para o processo de conquista republicana.

No mesmo ano em que se tornou cidade, Cachoeira voltou a sediar o governo da província. Em Salvador, Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira proclamava a “Republica Bahiense”, numa ação vitoriosa da revolta que ficou conhecida como Sabinada. O novo presidente da província, Antônio Pereira Barreto Pedroso, tomou

posse do cargo em Cachoeira, em 1837, onde permaneceu até o final de novembro, quando partiu para Pirajá, iniciando a campanha de retomada de Salvador, que ocorreu no ano seguinte. (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 23).

A população cachoeirana experimentou por muito tempo, dias de grandes conquistas o que perdurou nos tempos do século XIX. Entre vários desafios inerentes ao contexto social e político “[...] entre os anos de 1805 e 1846, organizada em irmandades de brancos, negros e pardos, a população não deixava de contribuir para a construção de novos templos religiosos, ou para a revitalização de outros [...]” (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 23). São exemplos as igrejas de Nossa Senhora da Ajuda e de Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora do Rosário do Santíssimo Coração de Maria e de Nossa Senhora da Conceição do Monte.

2. Decadência Econômica de Cachoeira

Apesar dos momentos de glória não foi possível eximir o município de passar pelo processo de penúria, abrangendo principalmente, as condições mínimas de salubridade das organizações públicas que compunham a administração. Destaca-se neste contexto o período de [...] “abril de 1831, em resposta a um ofício de Luís Paulo de Araújo Basto, presidente da província – exigindo que a cadeia estivesse em condições de receber criminosos –, a Câmara informava, sobre o prédio completamente arruinado [...]” (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 23). Dentre outros espaços vale pontuar que o Hospital apresentava condições caóticas, sem espécies mínimas de higiene, isto evidencia uma das piores crises que a cidade enfrentava após seus tempos áureos.

A localização do município junto às margens do rio Paraguaçu sempre foi atributos de conquistas e expansão da economia, entretanto as enchentes começaram a assolar a população. A partir do ano de 1792, “[...] Cachoeira sofrera uma grande enchente, quando as águas do Paraguaçu chegaram à altura dos três primeiros degraus do edifício da Câmara. Em 1839 houve outra enchente, e as águas, mais uma vez, alagaram as ruas de Cachoeira e São Félix. [...]” (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 24). Além das dificuldades de administração orçamentária a cidade passou a ter um desafio maior, no que tange a estruturação geográfica e o caos deixados pelas cheias.

Mas a enchente que permaneceu na memória da cidade como a “enchente grande” começou no dia 19 de dezembro desse mesmo ano, prolongando-se até 1º de janeiro de 1840, com a água atingindo pontos nunca antes alcançados. Na matriz, o altar-mor escapou por pouco da destruição. Alcançou também as igrejas do Convento e da Ordem Terceira do Carmo que, segundo informou a Câmara, ficaram em péssimo estado. A água também cobriu as casas à beira do rio, em ambas as margens. E mais de cem desabaram. O trecho urbano da Conceição do Monte terminou ilhado. (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 24)

Outras enchentes foram assolando o município, causando destruições, rastro de lixo e epidemias que marcaram momentos trágicos depreciando o valor socioeconômico da região afugentando a população. Foi inevitável buscar novos caminhos de edificações para além das proximidades do rio, pois, seria um risco habitar junto às adjacências do Paraguaçu. Eram frequentes o aparecimento de febre amarela e cólera, deixando muitas pessoas doentes ou mortas. O hospital não tinha recursos e estrutura suficiente para lidar com as demandas que foram surgindo e assim as dificuldades foram evidenciando o final do ciclo de riqueza do município.

A epidemia de cólera colocou para a administração pública a necessidade de se resolver o problema dos enterramentos, que até então eram feitos dentro ou junto às igrejas. Por ocasião da epidemia de febre amarela, uma lei provincial proibiu esses enterramentos nos templos, mas nunca foi cumprida. De um lado, pela falta de cemitérios públicos; e de outro, pela resistência das irmandades e confrarias religiosas em abrir mão da prática que lhes garantia rendimentos e filiados. Estes, também apegados à tradição, relutavam em se desligar dos lugares “sagrados”, para ali ter suas sepulturas. Em 1855 foi promulgada nova lei provincial, no mesmo sentido, que obrigava a construção de cemitérios públicos. (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 25)

Já no início do século XIX, a crise na região se estalava por conta do declínio da produção da cana, causada pela diminuição da mão de obra escravizada, devido à redução do tráfico de escravos. As dificuldades foram crescendo atingindo as ruas e principalmente a iluminação, que era precária provocando uma insegurança desencadeando problemas públicos. Cachoeira não dispunha mais de uma receita

financeira satisfatória para poder resolver questões básicas. Por conseguinte a abertura das rodovias põe fim ao ciclo de riqueza do recôncavo.

O fator decisivo para a perda de importância de Cachoeira – e de outras cidades do Recôncavo – foi o desenvolvimento das rodovias e a utilização do caminhão como meio de transporte. Com a abertura de rodovias para o sertão – a conclusão da BR-05 e da BA-324 –, a agricultura comercial e alimentar, tradicionalmente praticada no Recôncavo, preferiu o transporte mais rápido e de pronta entrega. E o papel que os portos flúvio-marítimos do Recôncavo tinham exercido por quase quatro séculos, agora passava a ser desempenhado por Feira de Santana, um entroncamento rodoviário no semi-árido. (FLEXOR, organizadora, 2007, Pág. 31)

Ao longo da sua trajetória histórica a cidade resistiu as suas diversas crises que em alguns momentos se mostraram bastante preocupante, mas, a beleza marcante do recôncavo baiano reside boa parte em Cachoeira. O conjunto arquitetônico, que representa um passo importante no reconhecimento nacional, associado às manifestações culturais e as institucionais são destaques desta pérola da Bahia.

3. Cachoeira Atual como objeto de Recuperação e valorização do patrimônio

Dado os aspectos sociais e econômicos tratados até neste momento, é possível contextualizar que Cachoeira, por sua natureza histórica, foi e é um dos símbolos dos tempos de glória do recôncavo baiano, em nível de circulação de capital. Mas, preponderante a isso, vale caracterizar que os testemunhos do passado fizeram ecoar na sociedade cachoeirana uma singularidade peculiar de manifestações culturais e populares que dialogam com a representação arquitetônica, resistindo aos tempos de crises.

Este povo, ora marcado por dificuldades da escravidão e heroico para o processo de independência do Brasil, fez brotar uma cultura de sincretismo religioso presente nas suas formas de cultivar e festejar que perpassam pelas instituições museológicas presentes no município. Maria Chuva argumenta sobre isso ao relatar o perfil dos sítios urbanos das cidades de Cachoeira e São Félix

A escolha da região de Cachoeira e de São Félix para realização do projeto deu-se em função do alto grau de degradação do sítio urbano tombado pelo IPHAN, associado à forte representação afro-descendente no seio da população, priorizando assim duas diretrizes do IPHAN em relação ao patrimônio imaterial: a) atuar em sítios urbanos tombados; b) com populações afro-descendentes. (CHUVA, 2008, Pág. 7)

Após o declínio econômico, o recôncavo encontrava-se em total ruína e isso era notório ao verificar os casarões antigos que demarcavam o conjunto arquitetônico da cidade de Cachoeira. Entretanto, com o advento do programa Monumenta, começava um período de revitalização aliado ao processo de desenvolvimento do ensino acadêmico encabeçado pela implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), incluindo no município o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL). O programa promoveu uma grande recuperação para os monumentos arruinados pelo desgaste natural, que na sua maioria demandaria um valor de investimento significativo.

A intervenção do Monumenta em Cachoeira visou promover uma mudança na dinâmica local com a instalação do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a primeira experiência do Programa em restauração. O quarteirão Leite Alves, ruína de uma antiga fábrica de charutos, localizada em situação privilegiada no sítio histórico, próximo à orla do rio, foi a área definida para implantação do campus. A edificação estava totalmente abandonada, com apenas as fachadas e paredes externas em pé. (DIOGO, organizadora, 2009, Pág. 149-150)

Vale, portanto, considerar que o período de estagnação econômica oriunda da queda de produção açucareira era muito difícil de ser revertido, pois, o turismo e as manifestações tradicionais das culturas populares presente na cidade não poderia fomentar recursos suficientes para serem aplicados nas edificações históricas. Sendo assim, o efeito deste canário era reverberado na tarefa difícil de conservação dos monumentos.

O patrimônio da Cidade, apesar de se inscrever majoritariamente nos séculos XVIII e XIX, guarda exemplares do século XVII, assim registrando os diferentes períodos de sua história. Não só o acervo colonial, como também a ponte de ferro D. Pedro II sobre o rio, o Mercado, a ferrovia, a hidrelétrica, são marcos de temporalidades diversas. No entanto, a marca do descaso atravessa a Cidade: os sobrados em ruínas revezam-se nas ruas. (PROGRAMA MONUMENTA, 2005, Pág. 227)

3.1 Programa Monumenta como instrumento de salvaguarda

O processo de manutenção das edificações históricas, em Cachoeira, teve como propulsor o programa Monumenta, que sua composição inicial no ano de 1990, almejava “[...] o objetivo de dinamizar o processo do patrimônio histórico dos núcleos urbanos sobre proteção federal, por meio de uma atuação que integrasse desde a restauração [...] até a capacitação de mão-de-obra” (DIOGO, 2009, Pág.17). A envergadura desta proposta era proporcionar um acréscimo na comunidade e assegurar ações contínuas pelos articuladores do patrimônio municipal, ou seja, gerar uma autonomia na gestão das edificações, por meio do desenvolvimento das atividades ligadas a cultura e turismo regional, e assim assegurar sua preservação. Sobre esta visão inicial do programa destaca Érica Diogo que:

A estruturação das ações para cada cidade fundamentou-se na implementação de atividades ligadas ao turismo cultural, tido como principal, ou única, alternativa viável para aliar o desenvolvimento local à preservação.

Esse modelo de intervenção esteve em consonância com a visão, dominante na época [...], de que o desenvolvimento local passava necessariamente pelo crescimento das atividades turísticas no núcleo histórico. De acordo com essa perspectiva, o aproveitamento econômico do patrimônio ocorreria logo que um conjunto integrado de ações fosse implementado. (DIOGO, 2009, Pág.17)

Nesta ótica, as cidades ao terem suas edificações recuperadas, dialogando com o contexto urbano, proporcionando uma utilidade mais intensa e contínua, favoreceria um alto potencial de mobilização do capital. Na prospecção teórica daria certo, entretanto,

como acontece na maioria das políticas públicas, o distanciamento das avaliações no processo decisório, que poderia prever determinados entraves, levando em conta o contexto social e econômico de cada município, revelaria a difícil aplicação da proposta em detrimento ao resultado esperado. “No entanto, a proteção de um bem relevante para o patrimônio histórico não se mostrou suficiente para sua preservação, e muito menos para reinseri-lo na dinâmica urbana, mantendo-o em seu uso” (DIOGO, 2009, Pág.17).

A melhoria das condições de uso e, principalmente, de moradias das edificações localizadas nos centros históricos deveria ser realizada pelos próprios moradores e usuários, que teriam a possibilidade de contrair um financiamento em condições bastante acessíveis para reforma dos imóveis. Essa recuperação permitiria que as funções originais dos edifícios, eventualmente acrescidas de novas, fossem retomadas em condições adequadas.

A permanência dos moradores nos centros históricos, independente de suas rendas, seria favorecida pelas condições facilitadas dos financiamentos, tanto para moradia quanto para o comércio e negócios. (DIOGO, 2009, Pág.18).

Um dos objetivos, nas entrelinhas do programa, era proporcionar uma ação efetiva por meio de criação de um fundo municipal de recursos, na manutenção do patrimônio cultural, o que em Cachoeira aconteceu gerando capital oriundo do programa permitindo, no ano de 2019, a realização de um edital contemplando instituições culturais do município. “A gestão do Fundo é feita de forma compartilhada com o Conselho Curador, que tem formação paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil” (DIOGO, 2009, Pág.18).

4. As instituições museológicas como representantes do patrimônio cachoeirano.

As instituições museológicas, do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural material e imaterial no município cachoeirano, têm um importante papel, pois, abrigam recortes históricos e singulares das diversas manifestações que recriam no imaginário coletivo valores que traçam as construções sociais ao longo dos anos. É de se

perceber que a cultura brota de forma natural e os acervos destes espaços são uma fonte de simbologia, portanto a estas instituições constituem objeto de interesse das políticas culturais existentes no próprio município, bem como na Bahia.

A partir desta compressão, a organização dos espaços culturais dentro de uma visão estruturante, isto é, do ponto de vista da gestão, é uma ferramenta de fundamental importância, na perspectiva de perceber, que as dinâmicas culturais estão em constantes mudanças, legitimando novas interpretações. As instituições que fazem parte deste roteiro cultural, após analisado seus perfis, permite inferir, obviamente não na sua totalidade, os caminhos que os espaços têm enfrentado, sobretudo, no que diz respeito aos encaminhamentos das políticas para o setor. Portanto, destaca-se que algumas observações são de extrema relevância no cenário social, aonde, os movimentos por ocupações urbanas vêm crescendo a cada dia, dando um novo sentido na integração dos equipamentos e atores culturais.

Os espaços culturais empreendedores são os mais presentes no cotidiano da nossa sociedade, caracterizado pelos instrumentos que movimentam o mercado cultural, atraem bastantes empresas e atores interessados em venderem seus negócios. Isto é bastante interessante, porque a partir desta estrutura de espaço é perceptível o marketing cultural e o apelo mercadológico, são exemplos: os cinemas, espaços culturais privados, casas de shows entre outros. Por sua vez, a segunda estrutura trata dos espaços pensados numa lógica de democratizar o acesso à cultura pensada e difundida pelo Estado dentro de uma estrutura hegemônica, que não leva em consideração os valores das periferias como agente da cultura. O que implica em distanciamento do espaço cultural com o público não “elitizado” que está distante dos centros urbanos. O seguimento dos espaços insurgentes tem as novas formas de ocupações da massa, usando a rua como berço das suas manifestações, mesmo que não seja intencional, mas que enxergam este lugar como o seu ambiente de voz.

ALBINATE traz essa discussão mais aprofundada no seu trabalho “Espacialização das Diferentes Expressões Culturais na Cidade”.

Diante do exposto, entende-se que os espaços culturais são produzidos sob lógicas distintas que podem ser assim discriminadas para fins analíticos: a) a lógica mercantil, fundada na cultura como valor de

troca, quer pelo comércio direto de produtos culturais, quer pelo interesse em atrair outros capitais a partir da implantação desses espaços; b) a lógica republicana/distributiva, em que, tomando a cultura como valor de uso, Estado ou iniciativa privada (geralmente com incentivos públicos) procuram democratizar o acesso a produtos culturais e à sua produção, a partir de uma determinada visão de cultura – uma Cultura no Singular; e c) a lógica insurgente, em que, entendendo a cultura como valor de uso e/ou como valor de troca, os grupos produzem espaços insurgentes frente ao planejamento cultural do Estado e à lógica do mercado de bens culturais, problematizando o acesso e a distribuição de bens e espaços culturais na cidade, afirmando sua própria visão de cultura e construindo uma Cultura no Plural. (ALBINATE, 2019, pág. 3)

Neste cenário percebe-se que o lugar da produção cultural popular foi construído o pensamento de que são processos de menos valores e ainda estaria num mecanismo de desenvolvimento. Esta ideia ainda ocupa boa parte dos setores sociais e econômicos no que compreende o complexo cultural brasileiro, pois, os militantes das culturas populares ainda encontram resistências paralelas à estrutura de desenvolvimento. “No consumo, os setores populares estariam sempre no final do processo, como destinatários, espectadores obrigados a reproduzir o ciclo do capital e a ideologia dos dominadores.” (CANCLINI, 1997, pag.205).

4.1 A política Setorial de Museus do Estado da Bahia “um olhar crítico”.

O estado da Bahia conta com um instrumento muito importante para o cenário museológico, a Política Setorial de Museus, criada com o propósito de unificar as instituições e assim fortalecer as ações em detrimentos dos museus.

A construção da Política Setorial de Museus, bem como a elaboração de Planos Museológicos para as instituições museais, irá promover a melhoria da gestão pública dos museus vinculados à Secretaria de Cultura e ampliarão a qualificação do setor museológico e dos serviços prestados à população. Desse modo, com a criação do Instituto Baiano de Museus, este se tornará uma ferramenta fundamental de articulação para o fortalecimento e para o desenvolvimento dos museus. A construção desta política museológica para o Estado da Bahia ocorreu com a participação e com o envolvimento de muitos atores, nos âmbitos interno e externo da instituição. Em 2011, foi realizado um seminário interno, do qual participaram os gestores e o corpo técnico de todos os museus

vinculados e conveniados, quando foi apresentada e discutida a primeira versão deste documento, a qual foi encaminhada aos museus, com prazo para o envio de contribuições. (POLITICA SETORIAL DE MUSEUS, 2014, Pág.7).

Portando, esta política passou a ser o principal mecanismo que elenca as diretrizes das instituições museológicas no território baiano, permitindo nortear o campo. É pertinente expor as onze diretrizes com o propósito de contextualizá-las sobre a sua viabilidade no território cachoeirano.

1. Formular e consolidar políticas públicas no campo museal, visando à gestão, à democratização e ao uso do patrimônio museológico no Estado da Bahia;
2. Formular e consolidar políticas voltadas para a acessibilidade universal nos museus;
3. Fomentar e apoiar ações para a construção de uma cultura cidadã, apoiada na aplicação de ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação;
4. Promover e incentivar o desenvolvimento de ações inclusivas, socioculturais e educativas nas instituições museológicas, contribuindo para o diálogo, a aprendizagem, a ludicidade, a produção do conhecimento, o turismo e o lazer;
5. Incentivar o respeito à pluralidade cultural, social, regional, étnica, de gênero, religiosa e linguística;
6. Promover e estimular a modernização da infraestrutura dos museus;
7. Incentivar, promover e apoiar ações de formação e qualificação no campo museal dos profissionais e usuários das instituições museológicas no Estado da Bahia;
8. Incentivar e apoiar a criação de museus e a aplicação de processos museológicos nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia;
9. Incentivar a criação e a promoção de ações que visem à sustentabilidade dos museus do Estado da Bahia;
10. Promover o fortalecimento da economia criativa nas instituições museológicas;
11. Promover e estimular a transversalidade da cultura, no campo museal.

(POLITICA SETORIAL DE MUSEUS, 2014, Pág.9).

Apesar do reconhecimento em relação ao avanço que esta política trouxe para os museus, principalmente os públicos, o seu rol de diretrizes atinge de forma tímida os museus privados do município de Cachoeira. Ao tempo da implantação do “Sistema Municipal de Instituições Museológicas, Do Patrimônio Cultural”, em 2016, não ter as instituições desfrutando de um diálogo sobre o campo museológico que implicasse numa ação direta da política. Além disso, é preciso reconhecer que a avaliação e monitoramento dos instrumentos políticos devem ser veemente contribuindo para os seus avanços, delimitando novos problemas e construindo ações efetivas.

Discorrendo sobre a formulação das políticas existente no Brasil é de se perceber uma dificuldade em lidar com as finalidades para qual esta foi criada, isto porque, na maioria dos casos, o processo de construção pode haver falhas na estruturação do problema. CEFAÍ (2017, pág. 131) narra que “os problemas públicos são movimentos sociais cujos membros reconstroem fatos, lançam-se em investigações, analisam dados oficiais, buscam elementos de comparação, testam hipóteses e agem em consequência”. Para formação uma arena precisa debruçar-se na estruturação do problema e assim formular uma política eficaz.

Assim, uma arena pública não é redutível a uma ágora, um campo ou um mercado. Ela encontra seus apoios em ambientes institucionais, profissionais, confessionais, organizacionais, em que problemas públicos se constituem, fazendo e desfazendo mundos sociais e as jurisdições em que venham a ser definidos, tratados, regulados, resolvidos. E manifesta-se em torno de situações de prova, muitas vezes no ponto de intersecção entre vários mundos sociais ou ambientes institucionais. (CEFAÍ, 2017, pág. 132)

A situação das instituições museológicas em Cachoeira tornou-se alvo da presente pesquisa devido o potencial de efervescência cultural e manifestações de atividades neste setor. Sendo assim, as instituições museológicas ao longo do ano recebem públicos variados, principalmente em datas pontuais, como os festejos de Nossa senhora da Boa Morte, no mês de agosto, durante a FLICA (Festa Literária Internacional de Cachoeira – Bahia – Brasil), no mês de outubro, entre outras ações que permitem uma visibilidade numa perspectiva nacional e internacional, proporcionando o turismo cultural. Um adicional da aplicação de um trabalho envolvendo a política setorial de museus e o município de Cachoeira é o fato da URFB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) dispor do curso de museologia há mais de 10 anos e hoje é um dos principais polos de formação e trabalhos acadêmicos para o campo museológico.

Cabe, portanto, considerar especificamente a cidade de Cachoeira, que dispõe de um curso específico voltado para área de museus, o dever legítimo de ações que pudesse consolidar as propostas tratadas dentro da política setorial. Nesta conjuntura o olhar para o território que compreende o recôncavo obedece a certa singularidade em termos de adaptação para necessidades particulares. Destaca Fernando Pedrão que:

As políticas culturais são meras denominações de mobilizações do Estado para apoiar o grande capital na captação de um mercado simbólico, ou refletem uma consciência social autoperceptiva, que se afirma em uma contraposição aos processos ideológicos que se repetem em sua forma de expressão dominada. Por isso têm que ser plurais, já que dominação envolve uma simplificação coercitiva do meio cultural dominado. A dimensão regional delimita essa pluralidade, ao tempo em que obriga a reconhecer cultura como uma projeção histórica da práxis. O recôncavo é uma região de grande densidade histórica que constitui uma referência única para uma política cultural voltada para emancipação. Os instrumentos dessa política devem ser parte de um movimento de valorização social. (PEDRÃO, 2004, Pág. 45)

Corroborando com esta análise “para desenhar uma política cultural é essencial perceber os modos de comunicação, tanto como meios de comunicação, já que os diferentes grupos sociais desenvolvem uma capacidade própria de usar os meios de comunicação e com diferentes efeitos na sociedade em seu conjunto” (PEDRÃO, 2004, Pág. 46). Uma política estruturada numa ótica estadual precisa carregar elementos que dê conta de facilitar uma interligação institucional com a finalidade de promover um interesse mútuo em prol do fortalecimento das ações em detrimento de um problema público existente e apontado pela sociedade civil.

O quadro regional da Bahia, isto é, a identidade regional do estado e sua constituição em diversas regiões, com significativos graus de diferenciação indica, além disso, a necessidade de registrar os movimentos de reprodução de cada região cultural e os de interação entre elas. A perda de capacidade de se reproduzir das regiões culturais está ligada à desqualificação dos objetivos técnicos, que se tornam apenas culturais no sentido mais pobre deste termo. (PEDRÃO, 2004, Pág. 46)

5. O Sistema Municipal de Instituições Museológicas, do Patrimônio Cultural.

A cidade de Cachoeira com seu rico patrimônio cultural abriga instituições museológicas sendo, na sua maioria, ícones da memória regional. Nesta perspectiva foi preciso organizar mecanismos de mobilização que pudessem contribuir para os diversos encaminhamentos do setor. Ao passo que já existia um conselho municipal de cultura, que desempenha um papel fundamental na cidade de Cachoeira, entretanto não dava conta das discussões estritamente ligadas às demandas museais. Destarte surgiu, por iniciativa dos anseios institucionais, o Sistema Municipal de Instituições Museológicas, do Patrimônio Cultural, com premissa de fomentar a representatividades dos espaços de memória, na conjuntura municipal, buscando uma dialética do campo museológico interligando políticas públicas municipais e estaduais, bem como construir bases que possibilitem melhores implementações das políticas municipais.

A lei N° 1.151/2016 instituiu o Sistema Municipal de Instituições Museológicas, Do Patrimônio Cultural; delimitando para efeitos deste instrumento as considerações sobre os espaços museais e classificando quais se enquadram neste setor.

Art.1º-Consideram-se instituições museológicas os museus, pontos de cultura, memórias e outras atividades afins, que atuem buscando preservar, manter e expor o acervo material e imaterial que compõem todo patrimônio cultural e a história da nossa comunidade, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, abertos ao público e destinados a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos do homem e de seu ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer. (LEI. 1.151/2016).

O prisma de fortalecimentos dos trabalhos em rede proporcionou a estes espaços, que têm como principal objetivo delimitar os problemas do setor museológico apontados pela sociedade civil, promovendo uma atuação em conjunto na perspectiva de estabelecer pilares que irão fomentar ações de consolidação e preservação do patrimônio. A sua composição abriga, até o atual momento, 14 membros titulares, representando as entidades que têm ações efetivas no campo cultural do município.

O conceito de museu em análise tem uma perspectiva interessante ao destacar um discurso abrangente para as instituições museológicas. Haja vista, que o sistema adotou, não apenas os museus, do ponto de vista jurídico, mas, sobretudo incluiu os espaços que

possuem representatividades culturais e estão estritamente ligados a seara museal. Mesmo que juridicamente não possua na sua gênese a estruturação de um museu, mas sua composição remonta o cenário muito próximo do “fazer museológico”, que é proporcionar uma relação entre o patrimônio e a sociedade. Este olhar dialoga com conceito amplo exposto pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus), ao considerar museu “[...] uma instituição a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (MAIRESSE e DESVALLÉES, 2013, Pág.22).

Sabemos que o mundo dos museus está ligado à noção de patrimônio, mas vai, ainda, muito além disto. Como evocar este contexto mais amplo? Pelo conceito de museal (ou de campo museal), que é o campo teórico responsável por tratar deste questionamento, do mesmo modo em que a política é o campo da reflexão política. O questionamento crítico e teórico do campo museal é a museologia, enquanto que o seu aspecto prático é designado como museografia. Para cada um desses termos não existe apenas uma, mas várias definições que se transformaram com o passar do tempo. As diferentes interpretações de cada um desses termos são evocadas aqui. (MAIRESSE e DESVALLÉES, 2013, Pág.22).

As instituições podem contribuir de maneira significativa na construção de um ambiente plural abarcando e delimitando discussões a favor do patrimônio. Fazem parte deste Sistema expressos na lei: o Núcleo de Instituições Museológicas da Secretaria de Cultura e Turismo, representando o estado da Bahia, Escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural- IPAC, o Escritório Regional do IPHAN, representado um ente Federal, bem como, o Colegiado do Curso de Graduação em Museologia- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; as instituições privadas como: Fundação Hansen Bahia, Instituto e Museu Roque Araújo, Casa do Samba de D. Dalva, Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, Sociedade Cultural da Roça do Ventura, Museu da Ordem Terceira do Carmo, Associação Amigos do Paraguaçu - AARP, Associação dos Artistas e Animadores Culturais de Cachoeira - AAACC e Associação de Pastores. Desta forma são 4 instituições públicas e 10 privadas.

O sistema passou a atuar buscando promover os enfrentamentos que possam contribuir para uma melhor manutenção do legado destes espaços culturais, por isso

dispõe no rol de suas atribuições, objetivos que reforçam a missão das instituições representadas, conforme seu regimento:

Artigo 4º- Compete [...]:

- I- Coordenar, incentivar e promover políticas públicas voltadas às instituições Museológicas e ao Patrimônio Cultural;
- II- Propor diretrizes, oferecer subsídios, bem como contribuir para elaboração e implementação de Política Pública Municipal das Instituições Museológicas e Patrimônio Cultural;
- III- Aprovar e alterar seu Regimento Interno;
- IV- Gerir o Fundo Municipal de Instituições Museológicas e do Patrimônio quando na sua existência, para o desenvolvimento da atividade no município; [...] (REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS E DO PATRIMÔNIO CULTURAL-CMIMPC, 2016, Pág. 2).

Conforme expresso, no artigo 3º da Lei N° 1.151/2016, as atribuições do conselho instituem diretrizes que tratam da sua finalidade de mediador entre o poder público e as instituições, sendo responsável por promover uma articulação plural representando os interesses da sociedade.

Art. 3º- Constituem atribuições do Sistema Municipal de Instituições Museológicas e do Patrimônio:

- I- Promover, apoiar, e estimular a articulação entre as instituições museais existentes nos município, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa cultural e técnica;
- II- Formular uma política municipal de instituições museológicas;
- III- Definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema Municipal de Instituições Museológicas e do Patrimônio Cultural; [...]. (LEI. 1.151/2016, Pág.1).

O Sistema de Instituições Museológicas, instituído pela Lei 1.151/2016, recebe a nomenclatura no regimento interno de “Conselho Municipal de Instituições Museológicas e do Patrimônio Cultural - CMIMPC”, isto aconteceu por iniciativa dos membros para melhor apresentação das suas ações. Vale destacar que já se encontra uma minuta de alteração da lei para os devidos ajustes, alterando alguns dispositivos bem como incluindo a nomenclatura do conselho. Evidentemente existe um longo

caminho de aprimoramento, pois, suas ações são indispensáveis para os avanços do setor museológico na cidade de Cachoeira.

- **Considerações Finais**

O campo das políticas voltadas para o patrimônio é um setor dinâmico, pois, as instituições, a sociedade, e os aspectos culturais estão em constantes mudanças. O desafio não seria criar instrumentos atemporais, mas sim, produzir políticas públicas coerentes, onde a participação da sociedade civil aconteça com maior fluidez, proporcionando diretrizes e transmitindo os anseios de um povo.

Um ponto interessante para embasar os reflexos do desenvolvimento neste setor reside no grande fluxo de informações em torno das relações sociais, isso mostra o poder das influências sobre os costumes populares, e assim a contextualização é importante para o processo de modernização potencializando sua redefinição levando em consideração as transformações da sociedade industrial e urbana. É comum hoje a criação dos museus comunitários ou ecomuseus, que obedecem a um critério de reconhecimento da comunidade dentro do espaço museológico, é um seguimento museal que a população cria mecanismos de legitimação, criando um ambiente de relação com a instituição. Tornou-se um diferencial, remodelando os museus no mundo, a sociedade passou a se perceber neste universo, isto evidencia um processo de modernização que deu certo e contribuiu para o setor cultural.

CANCLINI evidencia esta narrativa ao destacar que:

No final das contas, os românticos se tornam cúmplices dos ilustrados. Ao decidir que a especificidade da cultura popular reside em sua fidelidade ao passado rural, tornando-se cegos às mudanças que a redefiniam nas sociedades industriais e urbanas. Ao atribuí-lhe uma autonomia imaginada, suprimem a possibilidade de explicar o popular pelas interações que tem com a nova cultura hegemônica. O povo é “resgatado”, mas não conhecido (CANCLINI, 1997, pag. 210).

Os enfrentamentos podem contribuir de forma bastante benéfica para as novas concepções que ajudem na fundamentação de que a tecnologia não é uma barreira para

manutenção da cultura popular, mas, sobretudo aliada no processo de qualificação de setores que hoje são indispensáveis para perpetuação deste legado. Stuart Hall descreve um entendimento interessante sobre seu olhar em torno da sociedade.

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isto estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossa gênese. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (HALL, 2006, pag. 47).

Isto mostra que a formação da identidade como referência cultural de um povo não se constitui apenas na apreensão de um passado estático sem se abrir para as possíveis ressignificações inerentes de uma comunidade. O que está em questão nesta narrativa é justamente a problemática hegemônica em ditar os caminhos, excluindo o fator transformação como elemento condicionante das relações sociais, “[...] às identidades nacionais não são coisas as quais nós nascemos, mas, são formadas e transformadas no interior da representação”. (HALL, 2006, pag. 48). “Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural nacional.” (HALL, 2006, pag. 49).

As instituições museológicas estão envolvidas nessa efervescência de dinamismo, dialogando com as diversas temáticas sociais, e por isso valer entender o poder de educação e questionamentos que essas instituições vêm desempenhando ao longo dos anos. Cachoeira é símbolo de resistência histórica atravessando séculos de desafios sociais e sem dúvida constitui um museu a céu aberto, narrando fatos e difundindo cultura por meio das instituições que são marcas da memória do município.

Referências

ALBINATI, Mariana Luscher. Espacialização das diferentes expressões culturais na cidade. In: Giuliana Kauark; Plínio Rattes; Nathalia Leal. (Org.). Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação. 1ed.Salvador: EdUFBA, 2019, v., p. 135-.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Engenhos do Recôncavo Baiano. – Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009. 140 p.:** il.; 13 cm. – (Roteiros do Patrimônio; 7) ISBN 978-85-7334-154-6 1. Engenhos de Açúcar – Bahia. 2. Patrimônio histórico - conservação. 3. Arquitetura – Bahia. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. II. Programa Monumenta. III. Título. IV. Série. CDD 725.4.

CACHOEIRA, BAHIA. Lei Nº 1.151, dia 06 de janeiro de 2016: Institui o Sistema de Instituições Museológicas, do Patrimônio Cultural e da Outras Providências.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas - **Estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão.** São Paulo: EDUSP, 1997. Culturas híbridas, poderes oblíquos.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François, **Conceitos-chave de Museologia/** editores André Desvallées e François Mairesse; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Rotas da Alforria: trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira, Bahia.** [org. Márcia Regina Romeiro Chuva, textos de Beatriz Cepelowicz Lessa, Francisca Marques, Mônica Muniz Melhem, Rafael Winter Ribeiro, Renata de Sá Gonçalves]. Rio de Janeiro: IPHAN / Copedoc, 2008. 250 f.: il.; 30 cm. - (Cadernos de Pesquisa e Documentação 2).

CEFAI, Daniel. **Públicos, problemas públicos e arenas públicas.** O que nos ensina o pragmatismo. (Parte 2) Tradução: Rosa Freire de Aguiar. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 02, p. 187-213, jul. 2017.

DIOGO, Érica organizadora. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos.** Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2009. 304 p.

FLEXOR, Maria Helena O. (organizadora). **O Conjunto do Carmo de Cachoeira– Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2007. 240 p.:** il.; 26 cm. 1. **Patrimônio Cultural – Bahia. 2. Cachoeira - Bahia.** I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. II. Título.

LESSA, Beatriz Cepelowicz; RIBEIRO, Rafael Winter; SÁ GONÇALVES, Renata. **Rotas da Alforria: trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira, Bahia.** [org. Márcia Regina Romeiro Chuva, textos de Beatriz Cepelowicz Lessa, Francisca Marques, Mônica Muniz Melhem, Rafael Winter Ribeiro, Renata de Sá Gonçalves]. Rio de Janeiro: IPHAN / Copedoc, 2008. 250 f.: il.; 30 cm. - (Cadernos de Pesquisa e Documentação 2).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade.** DPEA Editora. 2006.

PEDRÃO, Fernando. **Uma política cultural regional para o recôncavo**. RDE- Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano VI, N°9 janeiro de 2004. Salvador, BA.

PROGRAMA MONUMENTA, Brasil Ministério da Cultura. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005. 456 p. (Programa Monumenta, v. I) (cadernos técnicos 3) I. Cidades históricas. II. Brasil. Programa Monumenta.

POLÍTICA SETORIAL DE MUSEUS DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. Governo do Estado da Bahia, Jaques Wagner; Secretaria da Cultura da Bahia, Antônio Albino Rubim; Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, Elisabete Gândara Rosa; Diretoria de Museus, Ana Silvia Liberato de Mattos, 2014.

REGIMENTO INTERNO - Conselho Municipal de Instituições Museológicas e do Patrimônio Cultural - CMIMPC.